



Juiz recebe denúncia contra 21 pessoas por fraude em concurso da Abin

A 3ª Vara da Justiça Federal de Santos recebeu a terceira denúncia do Ministério Público Federal sobre a Operação Tormenta e abriu processo contra 21 pessoas, que responderão por acusação de terem fraudado o concurso para os cargos de oficial e agente de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, realizado em 12 de outubro de 2008.

O juiz decretou ainda prisões preventivas dos principais acusados de furto de conteúdo das provas e elaboração de gabaritos para que candidatos, que chegaram a pagar R\$ 80 mil, concluíssem a fraude: o advogado Antonio Di Luca, o policial rodoviário federal Maurício Toshikatsu Iyda, o jornalista Antonio Carlos Vilela, o comerciante Pedro de Lucca Filho e o advogado Edgard Rikio Suenaga.

A Polícia Federal arrecadou novas provas para tentar provar o envolvimento de outro policial rodoviário federal, Renato Maia Sciarretta, cuja prisão foi pedida pelo MPF e decretada pela Justiça. Ele era lotado no Núcleo de Operações Especiais da PRF, localizado na via Dutra, em São Paulo, e teria auxiliado Iyda a furto de provas, além de receber uma cópia do gabarito elaborado pelos fraudadores, pois também era candidato a um cargo na Abin.

O juiz determinou ainda que a oficial de inteligência da Abin Fernanda Leal Dias Mongon fosse afastada do cargo. Ela foi uma das pessoas, de acordo com a denúncia, que recebeu o gabarito produzido a partir da prova furto e foi a única que efetivamente chegou a tomar posse após ser aprovada no concurso da agência de inteligência, em São Paulo.

Fernanda foi a única aprovada entre os sete candidatos ao concurso que receberam gabaritos de Pedro de Lucca Filho, sobrinho e braço direito de Di Luca. Perícia em sua prova constatou que suas respostas tinham improváveis semelhanças com as de outros seis candidatos.

Outra candidata, Cinthya Maria Pepicelli Pustiglione Prado, também foi aprovada, e chegou a fazer o curso de formação da Abin, mas foi reprovada no exame psicológico. Ela questionou o resultado na Justiça Federal de Brasília, que manteve a eliminação, liminarmente.

Policiais rodoviários federais, Iyda e Sciarretta foram buscar os cadernos de questões elaborados para o concurso pela Cespe no aeroporto de Congonhas, na tarde de sexta-feira, dia 10 de outubro, de acordo com a denúncia. A missão de ambos era levar as provas até o Núcleo de Operações Especiais (NOE), da PRF, do qual Sciarretta era o chefe, local onde as provas ficariam guardadas. No caminho até a base, eles retiraram dois cadernos do malote (um para cada cargo) e fotografaram cada página, afirmam os procuradores autores da acusação.

A reprodução foi entregue à Di Luca, que a corrigiu junto com o sobrinho Pedro De Lucca Filho. O gabarito foi entregue por Di Luca a Iyda e Sciarretta, como pagamento. Sciarretta era candidato e usou as respostas em benefício próprio e Iyda repassou o gabarito, por telefone, para sua irmã Márcia Iyda, que também disputava uma vaga. Márcia foi aprovada no concurso da Anac, cuja fraude também é



investigada pela Operação Tormenta.

Di Luca não passava à Vilela o gabarito, mas uma cópia do caderno de questões, com o qual ele e Suenaga elaboravam as respostas, segundo o MPF. Entretanto, ambos tiveram dificuldades com a prova elaborada pela Cespe e não conseguiram preparar o gabarito para o candidato que os contratou por R\$ 80 mil e decidiram, então, usar o sistema de ponto eletrônico com esse candidato, que não foi aprovado e colaborou com as investigações. *Com informações da Assessoria de Imprensa da PR-SP.*

Date Created

07/12/2010